

ESTRADA DO COLONO: HISTÓRIA, CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

José Pedro Cornelli¹

André Paulo Castanha²

RESUMO

Este estudo procurou avaliar o conflito gerado pelo fechamento da Estrada do Colono que corta o Parque Nacional do Iguaçu. Teve como objetivo, analisar as consequências (problemas/conflitos) decorrentes da interdição da Estrada do Colono dentro do Parque Nacional do Iguaçu evidenciando posicionamentos contraditórios sobre o fechamento e reabertura. Especificamente, procurou situar historicamente o conflito gerado pelo fechamento da Estrada do Colono; identificar os impactos socioeconômicos produzidos pelo fechamento; verificar até que ponto a reabertura da Estrada do Colono poderá interferir para a preservação/destruição deste patrimônio da humanidade; estimular estudos e discussões junto aos educandos e comunidade escolar acerca da relação homem/natureza e suas implicações; buscar alternativas de convivência harmoniosa entre homem e natureza; debater a problemática ambiental junto aos educandos, professores e comunidade escolar, visando a construir uma consciência e prática ecológica. Participaram alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental e 2º Ano do Ensino Médio do Colégio Estadual São Cristóvão – EFEM. Estes alunos são moradores de Capanema, cidade limdeira do Parque Nacional e conhecedores da sua história como também, parte prejudicada dentro da questão do fechamento da Estrada do Colono. Para tanto, fez-se o uso de questionário, entrevistas, exposição de fotografias e documentos que relatam a história da Estrada do Colono como também, o conflito gerado pelo fechamento levando os alunos a se envolver no estudo da problemática, articulando o conflito local a uma problemática nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito Ambiental. Desenvolvimento Econômico. Estrada do Colono. Desenvolvimento Local. Parque Nacional do Iguaçu.

1. INTRODUÇÃO

A Estrada do Colono junto ao Parque Nacional do Iguaçu foi por muitos anos caminho por onde agricultores gaúchos e catarinenses passaram para se fixarem na Região Oeste do Paraná. Com o fechamento dessa estrada, muito se perdeu em questão econômica, social e populacional.

O tema Caminho do Colono é extremamente polêmico, fechar definitivamente ou reabrir, é um ato muito complicado. É preciso entender que o Parque tem valor internacional, pois é um Patrimônio Mundial da Humanidade. Todavia, antes de tudo, é uma reserva que pertence ao Brasil, depois ao Paraná e principalmente à população limdeira ao Parque e é esta, a principal responsável por sua preservação.

¹ Especialista em Supervisão Escolar pela Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO, pelo Projeto Novo Saber, Rio de Janeiro, 1998. Professor de História da Rede Estadual de Ensino, participante do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE.

² Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Francisco Beltrão. Doutor em educação e orientador no PDE.

Não há meio de colocar um guarda-parque a cada cem metros, deve-se sim, conscientizar a população lindeira para que ela tenha respeito ao meio ambiente (DALLO, 1998).

Ao levar isso em consideração procuramos responder as seguintes questões: Que problemas socioeconômicos e ambientais são decorrentes do uso da Estrada do Colono? Que conflitos podem ou já foram gerados pela sua interdição? É possível uma proposta alternativa? Quem ganha e quem perde com o fechamento ou abertura da estrada? É possível conciliar as posições divergentes entre a população local e os ambientalistas?

O fechamento da Estrada do Colono que corta o Parque Nacional do Iguaçu entre o município de Capanema e de Serranópolis acarretou enormes prejuízos econômicos e sociais a uma extensa região, principalmente aos municípios localizados no Sudoeste Paranaense, tendo em vista as distâncias entre o Sudoeste e o Oeste do Paraná. Também, as famílias lindeiras ficaram prejudicadas, porque ali existiam casas comerciais que eram explorados por essas famílias, para aumentar sua renda.

Da mesma forma os conflitos gerados pela interdição da estrada, trouxeram desavenças entre populares, moradores da região como também no que concerne aos órgãos federais, estaduais e municipais que se envolveram e estão ainda envolvidos nessa questão.

Quanto às posições divergentes entre a população local e ambientalistas consideramos que existe a possibilidade de conciliação, desde que ambas as partes cheguem a um consenso, para que o problema possa ser resolvido. O ideal é buscar uma forma harmoniosa do ser humano viver inserido na natureza de forma a sentir-se parte integrante dela. Daí a necessidade de fazermos estudos de viabilidade de manutenção da Estrada do Colono no Parque Nacional do Iguaçu, onde o homem possa ser beneficiado e o meio ambiente respeitado.

Diante disso, objetivamos neste artigo analisar as consequências (problemas/conflitos) decorrentes da interdição da Estrada do Colono dentro do Parque Nacional do Iguaçu evidenciado posicionamentos contraditórios sobre o fechamento e reabertura. Procuramos situar historicamente o conflito gerado pelo fechamento da Estrada do Colono; identificar os impactos socioeconômicos produzidos pelo fechamento; verificar até que ponto a reabertura da Estrada do Colono poderá interferir para a preservação/destruição do patrimônio ambiental da

humanidade; procuramos estimular estudos e discussões junto aos educandos e comunidade escolar acerca da relação homem/natureza e suas implicações, buscando alternativas de convivência harmoniosa entre homem e natureza; debatemos a problemática ambiental junto aos educandos, professores e comunidade escolar, visando a construir uma consciência e prática ecológica.

A intervenção pedagógica aplicada os alunos do Colégio Estadual São Cristóvão-EFEM só veio enriquecer o tema estudado, proporcionando conhecimentos e saberes importantes no sentido de melhor conhecer a história da Região Sudoeste, em especial, a Estrada do Colono, tão necessária para o progresso e desenvolvimento municipal, estadual em do Brasil.

2. PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E A ESTRADA DO COLONO

O Parque Nacional do Iguaçu foi criado pelo Decreto Federal nº 1.035 de 10 de janeiro de 1939, e tombado em 1986 pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade.

No Brasil, o Parque Nacional do Iguaçu é o segundo mais visitado e está localiza-se na Região Oeste e Sudoeste do Paraná, possuindo uma área de 180.000 hectares, faz fronteira com a Argentina e com diversos municípios paranaenses. Abriga uma das maiores reserva florestais da América do Sul, apresentando diversas espécies de vegetais, entre bromélias, orquídeas, cedro, angicos e araucária, e também animais como macacos, tatus, cachorros-do-mato, quatis. Existem também muitos pássaros como pica-paus, corujas, gaviões e garça (DALLO, 1998, p. 5).

O Parque Nacional do Iguaçu tem este nome por incluir em sua área importante parte do Rio Iguaçu, aproximadamente 50 km do curso do rio, e as mundialmente conhecidas Cataratas do Iguaçu. Ele é o maior e mais importante parque da Bacia do Prata e foi o primeiro parque no Brasil a receber um Plano de Manejo, por abrigar um importante patrimônio genético de espécies animais e vegetais, algumas ameaçadas de extinção (MOVIMENTO AMIGOS DO PARQUE, 1998).

A maior atração do Parque Nacional do Iguaçu são as Cataratas do Iguaçu, conjunto de saltos que varia de 150 a 300, dependendo da vazão do Rio Iguaçu, que

normalmente é de 1800 metros cúbicos por segundo, numa largura de 800 metros. Nas grandes cheias, o volume de água nas cataratas chega a 7.000 metros cúbicos por segundo. As quedas-d'água que têm altura média de 65m, formadas no Rio Iguaçu, pouco antes de seu encontro com o Rio Paraná (AIPOPEC, 1999).

As Cataratas do Iguaçu foram descobertas pelo navegador espanhol Álvaro Núñez, conhecido como Cabeza de Vaca, no dia 31 de Janeiro de 1542, ao descer o rio de canoa à procura de uma rota para Assunção, no Paraguai. Cabeza de Vaca, ao avistar as cataratas, gritou: "Santa Maria, que beleza!" Com sorte e habilidade escapou das armadilhas do rio, ele entrou para a história por seu feito e sua frase célebre. Aquela região já era conhecida por índios, tanto que o nome Iguaçu deriva de uma palavra guarani que significa "água grande" (DALLO, 1998, p. 17).

Além das cataratas, o parque possui outras atrações, como o Poço Preto, o Salto do Macuco, o Centro de Visitantes, a estátua de Santos Dumont, responsável pela transformação da área das cataratas em Parque Nacional, e um hotel de lazer. Existem trilhas e passarelas que permitem aos turistas, chegar perto da garganta do Diabo. Há também um elevador panorâmico que liga a base das quedas ao nível superior do rio. Podem ser feitos passeios de barcos ou helicóptero.

No lado brasileiro, o Parque Nacional do Iguaçu faz divisas com os municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marque, Céu Azul, Foz do Iguaçu, Lindoeste, Matelândia, Medianeira, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis. O Parque Nacional do Iguaçu tem como objetivo básico, a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza em seu cenário, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Encontrar o equilíbrio entre a necessidade de progresso e desenvolvimento e a preservação do patrimônio é o grande quebra-cabeça da civilização. Se os avanços são responsáveis pelo crescente bem-estar da humanidade, eles não podem eliminar o passado nem ultrapassar a capacidade de autorregeneração da natureza. O que os organismos nacionais e internacionais de defesa do patrimônio têm tentado fazer entender é que não se pode piorar o mundo recebido até o momento de entregá-lo ao futuro e que, se possível, é preciso melhorá-lo (PAGANI, 1998, p. 5).

Entende-se que o homem e natureza devem interagir, o homem não preocupado em organizar movimentos reivindicatórios por seus direitos, tendo como a natureza uma ameaça, mas sim, organizando-se em movimentos para que a natureza seja respeitada e preservada, para que se crie nas novas gerações um amor maior ainda pelo meio ambiente e não um desprezo por algo tão belo, e que homem e meio ambiente continuem sendo a união que deu certo no Oeste e Sudoeste do Paraná.

3. ESTRADA DO COLONO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A REGIÃO

O Caminho do Colono, antiga Estrada do Colono, existia muito tempo antes de ser criado o Parque Nacional do Iguaçu, tanto que, em 1924, a Coluna Prestes passou por uma trilha primitiva, que se transformaria na Estrada do Colono. Essa estrada, serviu para que levas de colonizadores viessem ao sul do País e a passagem do rio era feita com canoas (DALLO, 1998, p. 8).

Figura 01: Vista aérea da Estrada do Colono no Parque Nacional do Iguaçu



FONTE: DALLO, 1998, p. 8.

Documentos localizados pelos historiadores Antônio Marcos Myskiw e Jaci Poli da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), comprovam a existência de

caminhos indígenas que ligavam as Reduções Jesuíticas do Guairá às Reduções do Tape, no Norte do Rio Grande do Sul. Para isso, era necessário atravessar o Estado do Paraná por terra onde, hoje, está localizado do Parque Nacional do Iguaçu.

Relatos de viagens, do início do século XX, destacam a utilização desses caminhos indígenas para a abertura de picadas utilizadas por peões para colher erva mate às margens do Rio Sato Antônio e Rio Iguaçu. A facilidade de atravessar o rio na região era motivo suficiente para abrir picadas no meio da mata.

A Coluna Prestes, mobilizada pela insatisfação com o Governo republicano em meados da década de 1920, também passou pelo Caminho do Colono e os soldados reabriram uma antiga picada em janeiro de 1925, ligando o município de Barracão, na fronteira de Santa Catarina e Argentina à Catanduvás e à Picada Benjamim, entroncamento que ligava Guarapuava a Foz do Iguaçu, passando pelo Rio Iguaçu (BARROS, 1954, p. 16).

A travessia do rio era feita com três pequenas canoas capazes, cada uma, de transportar apenas cinco homens, era uma operação morosa e enervante. As canoas levavam mais de uma hora para ir e vir através de dois quilômetros de água corrente. Apinharam-se na barranca os retardatários dos outros destacamentos, para quem Prestes mandara dar preferência na travessia dos combatentes (BARROS, 1954).

O Caminho do Colono, primeiramente foi considerado um caminho primitivo, utilizado por índios guaranis, jesuítas, espanhóis e portugueses. Há provas da utilização por comitiva que participou da demarcação da fronteira Brasil-Argentina até o ano de 1924 (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ, AMOP, 2013, p. 4).

De 1925 a 1954, o Caminho do Colono foi considerado um caminho informal, utilizado por caboclos para extração e transporte de erva mate. No ano de 1925, utilizado pela Coluna Prestes e, mais tarde, ainda neste período, serviu de caminho para comunidade local. De 1954 a 1986, o caminho foi incluído no Mapa Viário do Estado do Paraná, tendo em vista o aumento da circulação de moradores e visitantes da região (AMOP, 2013, p. 5).

A picada utilizada pelos indígenas, que posteriormente serviu de caminho para a coleta da erva mate, e deu passagem para o movimento revolucionário de Luiz Carlos Prestes, foi utilizada durante anos pelas comunidades da região Oeste e

Sudoeste do Paraná, até ser fechada com base em argumentos que deixaram de lado a importância histórica do caminho.

A estrada foi fechada pela primeira vez em 1986, mas antes disso, o caminho integrava, definitivamente, a malha viária do Estado do Paraná. Em 1987, depois de ser fechada, a estrada foi reaberta, ilegalmente, e funcionou até o ano de 2001, quando houve o fechamento definitivo do caminho (AMOP, 2013, p. 6).

Imagem 02: Localidade de Porto Moisés Lupion em Capanema-PR – Travessia da balsa



FONTE: Prefeitura Municipal de Capanema-Pr, s/d.

Marcelino Ampessan, que trabalhou na travessia dos carros pelo Rio Iguaçu, declarou em novembro de 2011, na Rádio Capanema, que a balsa conduzida por ele, chegou a transportar “diariamente 300 mudanças” de pessoas vindas do Rio Grande do Sul para morar no Paraná.

Assim, torna-se inegável que o fechamento da estrada gerou danos à população, ao parque e ao Brasil, sem contar, a separação de duas regiões, constituídas pelos mesmos traços culturais, o Oeste e o Sudoeste paranaense.

O Caminho do Colono, que ligava os extremos regionais dos municípios de Capanema e Serranópolis, uma via econômica necessária para a região, um elo de ligação de quase dois milhões de habitantes distribuídos pelo Oeste e Sudoeste do Paraná, cumpria sua função de integrar econômica, cultural e socialmente a

população. Infelizmente, esta estrada foi interditada por ter sido considerado um “risco” para o Patrimônio Mundial da Humanidade, ou seja, o Parque Nacional do Iguaçu.

A UNESCO, no ano de 1986, reconheceu o Parque Nacional do Iguaçu como Patrimônio Natural da Humanidade e, um dos grandes motivos do fechamento da Estrada do Colono segundo os ambientalistas, foi que o uso da estrada colocaria em risco o título de Patrimônio da Humanidade.

Uma decisão do governo do Paraná, também de 1986, de asfaltar o trecho da já então BR 163, provocou a interdição judicial da Estrada do Colono, ocorrida por uma liminar em 12 de setembro daquele ano. Apesar da decisão judicial se basear no Plano de Manejo, não considerou as recomendações daquele sobre a forma de fazê-lo, gerando perplexidade, forte comoção popular em toda a região e um efeito devastador de animosidade contra o Parque.

A ação civil pública proposta em 1986 por um grupo de ambientalistas e hoje mantida pelo Ministério Público e pelo IBAMA, que pretende a proteção do Parque Nacional do Iguaçu, ainda não foi julgada no mérito pela 1ª Vara da Justiça Federal de Curitiba.

4. OS CONFLITOS GERADOS PELO FECHAMENTO DA ESTRADA DO COLONO E A LUTA PELA REABERTURA

As decisões que determinaram o fechamento da Estrada do Colono foram fundamentadas no Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu de 1981, que desconsiderou a preexistência e funcionamento pleno da estrada. A justiça buscou a conciliação entre os órgãos ambientais e outras partes envolvidas no processo, mas o diálogo não aconteceu e o fechamento da estrada foi mantido.

Os moradores e historiadores não tiveram a oportunidade de comprovar a ancestralidade, a história da estrada e a importância dela para o desenvolvimento das duas regiões, Sudoeste e Oeste do Paraná. O fechamento da Estrada do Colono – em 1986, por uma determinação judicial, iniciou um conflito socioambiental entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, os ambientalistas e a comunidade lindeira do Parque.

O conflito comporta uma trajetória, na qual os atores, ao se utilizarem de ações e práticas discursivas, buscam sustentar suas ideias. Ações e discursos constituem um campo de disputa caracterizado pelo confronto: de um lado o IBAMA e ONGs externas favoráveis ao fechamento da Estrada do Colono por razões ambientais, e de outro, comunidades local e ONGs *internas* contrários ao fechamento da Estrada do Colono e, portanto, favoráveis à reabertura por razões históricas, econômicas e, também, ambientais.

As razões históricas tornam a Estrada do Colono uma estratégia para reatualizar o discurso fundador, na medida em que os atores tentam identificar a “luta” pela reabertura da Estrada com uma “luta” anterior, tal qual foi aquela de desbravar e colonizar a região Oeste do Paraná, a partir dos anos 40 (AMOP, 2013, p. 8).

As razões econômicas, se foram importantes no início do conflito, atualmente encontram-se incorporadas na questão ambiental. As razões ambientais servem a um confronto mais explícito dos atores, pois todos eles têm um objetivo comum: conservar o Parque Nacional do Iguaçu.

Por outro lado, essas razões também são entendidas como uma confluência dos atores, uma vez que a trajetória do conflito comporta mudanças dos envolvidos, embora essas mudanças apresentem possibilidades para a instituição de um processo de interação e uma busca da sustentabilidade, e possuam, também, limitações. O que mostra a complexidade tanto da inserção das comunidades nas políticas locais de gestão, quanto da implementação da sustentabilidade, possível através de discursos, mas não de ações (AMOP, 2013, p. 9).

Para Germer (1999), os argumentos baseados nas perdas econômicas, largamente utilizados pelos defensores da abertura da Estrada do Colono, têm sido usados para justificar a série de ilegalidades cometidas contra o patrimônio público desde maio de 1996, quando, o Parque Nacional do Iguaçu foi invadido para a abertura da estrada, com ampla derrubada de árvores ao longo de aproximadamente 18 quilômetros e a precipitação de um processo de degradação das faixas marginais à estrada, crescente em extensão e intensidade.

A análise do conflito socioambiental provocado pelo fechamento da Estrada do Colono permite afirmar, sob um aspecto geral, que os atores sociais sofreram mudanças no decorrer do processo, visíveis tanto no âmbito das ações quanto das práticas discursivas, caracterizando uma trajetória para esse conflito no sentido de

reivindicar a reabertura da estrada, enfrentando situações e buscando soluções para a sua reabertura.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, mostra a contribuição de maneira decisiva com o desenvolvimento de políticas ambientais e afirma que todos tem o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1989, p. 105).

Conforme Relatório Técnico do IBAMA (1999, p. 10), sob o aspecto ambiental o fechamento da Estrada do Colono foi necessário, tendo em vista a mesma representar uma ameaça à integridade do Parque Nacional do Iguaçu e criar “uma área de extrema suscetibilidade à degradação ambiental em todos os sentidos”.

A AIPOPEC em 1999 propôs um Plano de Manejo de forma sustentada, com a manutenção do traçado original da estrada, para que as condições de tráfego minimizassem os efeitos negativos. Assim, uma estrada ecologicamente viável, serviria de instrumento de fiscalização, educação ambiental, incentivo à ciência, fonte de recursos através da cobrança de pedágio, valorização cultural minimizando todos os impactos para a não fragmentação de habitats.

Assim, para os moradores da região, a mudança de pensar com relação à apropriação da natureza e a consciência ambiental, podem fazer com que haja uma relação harmônica entre o ser humano e a natureza e, para tal, basta conhecê-la e isso, vai permitir o respeito e o amor e, em consequência, os cuidados necessários.

No julgamento da apelação civil nº 92.04.34321-4/PR, o juiz João Pedro Gebran Neto do Tribunal Regional Federal, 4º Região, ao proferir seu voto assim se expressou: “Essa estrada é anterior ao Parque. Ninguém edificou uma estrada no Parque, edificaram um Parque em torno da estrada, essa é a verdade. Já existia a estrada e aquela região foi transformada em Parque” (AMOP, 2013, p. 11).

Em audiência pública realizada no dia 29 de novembro de 2011, o desembargador Álvaro Eduardo Junqueira, do tribunal Regional Federal (TRF) da 4º Região, designado para buscar a conciliação das partes relatou: “Depois de quatro reuniões com os prefeitos interessados, os chegamos a uma proposta que conciliava os interesses das populações do entorno do parque com o meio ambiente. Abria-se essa estrada rural (...) estrada totalmente ecológica, que visa primeiro promover a

educação cultural; segundo, estreitar os laços familiares e, terceiro, dar uma aula de ecologia para o Brasil e para o mundo” (AMOP, 2013, p. 12).

Apesar da relevância, a proposta não avançou nos órgãos ambientais e, mesmo com o passar do tempo, uma decisão judicial sobre o tema ainda não foi proferida. Atualmente, há processos sobre a abertura ou fechamento da Estrada do Colono em tramitação, tanto no Superior Tribunal de Justiça (STJ) como no Superior Tribunal Federal (STF).

Imagem 03: Estrada do Colono antes de ser fechada



FONTE: Prefeitura Municipal de Capanema, s/d.

A existência da Estrada do Colono, mesmo estando fechada, pode ser confirmada na internet, no Google Earth, para ver que o Caminho do Colono ainda existe e faz parte do Parque Nacional do Iguaçu. A estrada, inclusive, foi utilizada para um treinamento da Polícia Ambiental em novembro de 2011 (AMOP, 2013).

O Projeto de Lei nº 7.123/2011, que prevê a criação da Estrada-Parque Caminho do Colono, preza pelo mínimo impacto ambiental possível, com a intenção de conservar e proteger a unidade ambiental. A implantação da estrada vai exigir estudo prévio do impacto socioambiental, cultural e econômico. Ainda, a opinião das

comunidades que vivem no entorno do Parque vai ser respeitada. Nenhuma árvore pode ser derrubada para a instalação da Estrada-Parque e o caminho todo vai ser coberto pelas copas das árvores, formando um túnel verde de 17,5Km da PR 495, antiga BR 163 (AMOP, 2013, p. 15).

Com o funcionamento da Estrada-Parque, toda a população do Sul do Brasil vai ser beneficiada e, assim, o turismo à cidade de Foz do Iguaçu, os atrativos como as Cataratas do Iguaçu e a Usina Itaipu Binacional também será beneficiado. Isso porque, com a estrada, o caminho do Sul até Foz do Iguaçu fica bem mais curto.

Atualmente, a maior parte dos turistas vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e boa parte do Paraná, passam pela Argentina, entrando por cidades como Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. A estrada argentina, assim como a Estrada-Parque, corte o Parque Nacional Iguazu, a Ruta 101 (AMOP, 2013, p. 16).

Isso é um contrassenso, os cidadãos brasileiros serem forçados a ingressar em território estrangeiro, submetendo-se a leis e regras da nação vizinha, simplesmente para ter um caminho mais curto para conhecer atrações turísticas nacionais (AMOP, 2013, p. 17).

Atualmente, as únicas estradas brasileiras que dão acesso às Cataratas do Iguaçu, são as rodovias federais BR-163 que inicia seu percurso no município de Barracão-PR e segue para o Mato Grosso do Sul e Mato grosso e BR-277, conhecidas pelo intenso tráfego de veículos e elevado número de acidentes com mortes (AMOP, 2013, p. 18).

O Parque Nacional do Iguaçu abriga rica biodiversidade, que pode ser observada e admirada tanto por amadores como pesquisadores e estudantes. A divulgação da história do Caminho do Colono, por si só, já é um potencial turístico. Devido a isso, o projeto de criação da Estrada-Parque contempla a criação de um centro de observação da biodiversidade, pontos de comercialização de produtos da agricultura familiar, mola propulsora do desenvolvimento das regiões Oeste e Sudoeste, e memoriais históricos sobre Coluna Prestes, caminhos indígenas e demarcação da fronteira.

A estrada funcionando, as pessoas circulando e o próprio fluxo dessas pessoas pela Estrada-Parque, sem deixar de lado a presença de fiscais, vai coibir crimes, inclusive ambientais, dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Notícias sobre tráfico de animais silvestres e extração de vegetais dentro da unidade de conservação, constantemente são manchetes nos meios de comunicações locais.

Esse tipo de crimes também serão combatidos, pois a ideia é cobrar um pedágio para trafegar pela estrada. Os recursos obtidos com a tarifa devem ser revertidos para a fiscalização e ações de educação ambiental para aqueles que passarem pela estrada.

Acreditamos que a implantação da estrada devolva à população local, a condição de integração cultural e social e isso, vai fazer da própria estrada um símbolo cultural da região, voltando a fazer parte da vida das comunidades locais. Capanema, um dos municípios limítrofes do Parque Nacional do Iguaçu, é um dos maiores polos de agricultura familiar orgânica do País.

5. A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E O ENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NO DEBATE

O saber e o conhecimento não chegam às pessoas sem que haja procura e gosto pelo estudo dos temas. Para que isso aconteça, os professores devem ter a consciência de que o fazer pedagógico só se torna eficaz quando suas práticas educacionais envolverem os alunos, ou seja, atenderem as necessidades urgentes e reais de seus alunos.

As atividades propostas e desenvolvidas como intervenção pedagógica com os alunos do Colégio Estadual São Cristóvão –EFEM centraram-se na Estrada do Colono, nos conflitos gerados pelo fechamento e na luta pela sua reabertura. O estudo dessa temática proporcionou grande interesse dos alunos em debater o tema. No decorrer da intervenção foi possível perceberem o quanto esse assunto é importante para o município e principalmente para as Regiões Sudoeste e Oeste paranaense.

O envolvimento direto dos alunos com o tema trabalhado teve muitos pontos positivos, apesar de a metodologia utilizada não ter sido aplicada totalmente conforme previsto no projeto inicial. Todavia, acreditamos que os objetivos propostos no início da implementação em sala de aula com os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e os do 2º ano, do Ensino Médio foram atingidos.

De acordo com a literatura estudada procuramos abordar o conteúdo, partindo de uma situação-problema, no sentido de motivar os alunos a quererem adquirir conhecimentos. Em outras palavras, iniciamos a exposição do conteúdo,

provocando os educandos por meio da explicitação do problema, ou seja, apresentamos o conflito em torno do fechamento da Estrada do Colono.

A seguir, apresentamos os relatos das atividades desenvolvidas durante a implementação do Projeto de Intervenção, as quais foram desenvolvidas em duplas, pequenos grupos e individualmente, como estratégia para envolver os alunos nas atividades propostas.

Atividade 01: Questionário e entrevistas

No início da atividade os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 2º ano do Ensino Médio foram informadas que deveriam responder a um questionário como também as pessoas convidadas para uma entrevista. Os alunos, pais de alunos e convidados deram suas opiniões sobre o fechamento da Estrada do Colono.

As respostas obtidas permitiram verificar os posicionamentos diferentes sobre a reabertura ou fechamento da Estrada do Colono. Os alunos foram envolvidos nos debates através de conversas com pessoas que participaram e participam da luta pela reabertura da estrada. Isso se tornou relevante para compreender a história do conflito, visto que cada pessoa apresentou fatos e histórias diferentes.

Atividade 02: Análise de Documentários

Propiciamos aos alunos a oportunidade de assistirem vídeos e documentários envolvendo os participantes dos conflitos na época do fechamento da Estrada do Colono. Logo após assistirem os vídeos e documentários, os alunos realizaram análises expressando suas opiniões e discorrendo sobre o assunto. Esta atividade serviu de referência para que os fatos fossem discutidos e analisados, trazendo pontos importantes para que os alunos buscassem mais informações fora da escola.

Os documentários mostraram a ansiedade da população para a reabertura da estrada, o desejo de ir e vir sem que o meio ambiente seja prejudicado. O povo lindeiro da estrada do Colono almeja passar novamente por esse caminho, mostrando que o mesmo pode ser preservado e que o progresso pode chegar sem nenhum prejuízo ao Parque Nacional do Iguaçu.

Diante do que foi apresentado aos alunos, pode-se concluir que, o que foi assistindo, deu suporte para que realmente conhecessem a história que até então apenas conheciam por fatos contados por pessoas da família ou conhecidos. A

autenticidade das imagens e das falas mostrou a luta da comunidade lindeira para o não fechamento como também a reabertura do Caminho do Colono.

Atividade 03: Exposição de fotos da Estrada do Colono

Utilizando as fotos, vídeos e documentários levantados nas pesquisas e debates sobre o tema, os alunos foram estimulados a organizarem uma exposição para toda a comunidade escolar. A exposição foi realizada no saguão da escola, onde toda a comunidade escolar teve acesso, e com isso, adquiriam conhecimentos e puderam trocar ideias sobre o assunto.

As fotos utilizadas na atividade foram conseguidas com pessoas que participaram diretamente dos conflitos envolvendo o fechamento da Estrada do Colono.

Os alunos também leram textos, ouviram relatos, se expressaram com suas próprias palavras e de forma escrita, sobre o que, até então tinham entendido e analisado emitindo opiniões relevantes sobre o tema. Estes textos abordaram a história do Parque Nacional do Iguaçu, a importância da Estrada do Colono, Plano de manejo para a Estrada do Colono, Impacto Ambiental do Caminho do Colono, Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu, desenvolvimento Regional e Ambiental, Desenvolvimento Agropecuário, Necessidades Sociais e de Segurança.

Podemos concluir com essa atividade que todos ainda têm a esperança da reabertura da estrada e, aqueles que participaram das movimentações ou mesmo ficaram apenas observando, acreditam que esse sonho vai voltar a ser realizado e esperam dos governos, agilidade para resolver a situação.

O Parque Nacional do Iguaçu não vai ficar preservado como os ambientalistas querem, como todos querem, se a população lindeira não puder vê-lo como um amigo. O Parque não deve ficar nas costas dos municípios lindeiros, mas sim, no coração e isso, só pode acontecer se devolverem o direito de ir e vir, para poder conhecê-lo melhor, porque não se ama e preserva o que não se conhece (PAGANI, 1998, p. 22).

A melhor coisa que poderia acontecer para o Parque seria uma união entre o IBAMA e a população lindeira, visando sua preservação. A incessante vontade da população pela reabertura é fascinante, uniu partidos políticos, religiões, culturas e famílias no ideal de resgatar o direito de ir e vir.

Para muitos ambientalistas, a manutenção da Estrada do Colono significa o empobrecimento gradativo que fatalmente pode levar à extinção das espécies a médio e longo prazo, comprometendo a função ecológica de uma das mais importantes e significativas áreas de preservação ambiental do país. A estrada, também para eles, afeta toda a vida do parque, devido impedir o fluxo das espécies tanto da fauna quanto da flora.

Colocar os alunos para debater e analisar posições contraditórias é um dos caminhos para estimular a reflexão, possibilitando a aquisição da autonomia do pensamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fechamento da Estrada do Colono no ano de 1986 entre os municípios de Capanema e Serranópolis é fato legítimo, no entanto, a população lindeira, em função de uma identidade colonizadora da área, lutou e ainda luta pela reabertura da estrada, mesmo estando consciente de ser um Patrimônio Natural da Humanidade, criado pela UNESCO.

A luta pela reabertura da estrada estimulou a consciência ecológica. Assim a reabertura não vai trazer prejuízos à natureza, pelo contrário, a população está disposta a fazer uma preservação e manutenção do Parque, desde que o direito de ir e vir seja garantido.

Nas atividades desenvolvidas com os alunos no Colégio Estadual São Cristóvão percebemos a ansiedade da população em resolver a questão, como também, a consciência que têm no sentido de preservar o meio ambiente, tão necessário e importante para a vida humana.

A comunidade local há anos busca pela reabertura da estrada do Colono e acredita que as decisões podem ser favoráveis, tendo em vista haver estudos que vão permitir a sua conservação natural sem que haja prejuízo à natureza e aos animais.

Acreditamos que esta intervenção veio engrandecer a memória desse povo, suas lutas e reivindicações, para que possam transitar pela Estrada do Colono novamente, respeitando os limites da natureza. A população clama para que seja elaborado um Plano de Manejo em que garanta a preservação desse patrimônio,

orgulho para a região. O que não deve acontecer é essa estrada transformar-se em uma barreira, impedindo o trânsito de pessoas que necessitam visitar seus familiares, trabalhar e com isso, melhorar a economia local, do estado e também do país.

6. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-ESTRADA DO COLONO – AIPOPEC. **Parque Nacional do Iguaçu**. Capanema-PR, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – AMOP. **Estrada-Parque. Caminho do Colono**. Cascavel, 2013.

BARROS, J. A. L. de. **Memórias de um revolucionário**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1954.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

DALLO, L. **Caminho do Colono: Vida e Progresso**. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

GERMER, C. **Prejuízos decorrentes do fechamento da Estrada do Colono: uma análise crítica**. Curitiba: Sprint, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA. **Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Capanema-PR, 1999.

_____. **Relatório técnico**. Capanema-PR, 1999.

MOVIMENTO AMIGOS DO PARQUE (org). **Folheto Caminho do Colono**. Capanema, 1998.

MULLER, A. C. (org). **Apostila Estrada do Colono: Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono**. Capanema-PR, AIPOPEC, 1997.

PAGANI, M. R. (org). **Cronologia histórica da Estrada do Colono**. Capanema-PR, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA. **Dados da Estrada do Colono**. Capanema-PR, 2010.